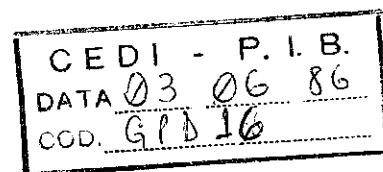


INDENIZAÇÃO ELETRONORTE:



Os índios Gavião, conhecidos como Gavião da Montanha, residiam até 1977 numa área localizada na margem direita do rio Tocantins (município de Tucuruí, Pará), onde a ELETRONORTE construiu hoje a barragem de Tucuruí.

Segundo o índio Paiaré Gavião, na montanha residiam 45 índios que abandonaram o local por causa das ameaças de funcionários da FUNAI e da ELETRONORTE que diziam que se eles não saíssem iriam "jogar bombas neles, passar trator por cima". Em 1977, abandonaram a área os últimos índios Gavião que ali residiam, sendo transferidos para o PI Mãe Maria. Atualmente moram no local somente Paiaré e sua família que retornaram à Montanha em 1981.

Exatamente no local da antiga casa de Paiaré, a ELETRONORTE construiu duas terras de transmissão. Ele foi indenizado em 1977 (ver documento em anexo). Entretanto, tal indenização cobriu apenas as benfeitorias e nada foi pago pela terra, pois a ELETRONORTE, como disse o Sr. Luís Cláudio (do setor de indenizações), não reconhece aquela área como área indígena. Além disso, aproveitaram-se do fato dele estar doente para realizar a transação. Segundo relato de Paiaré à antropóloga Lux Vidal, ele estava internado há 35 dias na Clínica de Tucuruí com pneumonia quando o advogado, Renato, da FUNAI obrigou-o a assinar o papel da indenização.

Além de construir as terras de transmissão, a ELETRONORTE desmatou a área, construiu estradas e tem lá um depósito de areia. A área encontra-se invadida também por posseiros e pela CAPEMI. Segundo Paiaré, a COMARA já tirou muita madeira da área.

O ano passado um posseiro feriu a mãe de Paiaré que ficou paraplégica. Tal fato ocorreu quando Paiaré quis impedir que o posseiro plantasse na área tendo sido atacado com um facão. A segurança da ELETRONORTE foi atrás dele, mas não conseguiu prendê-lo e Paiaré não quis dar queixa na polícia.

A ELETRONORTE tem prestado certa assistência a Paiaré fornecendo diariamente água potável, transporte (barco e carro) quando necessário e dando atendimento médico no Hospital da Vila Permanente. Segundo Paiaré, o pessoal da ELETRONORTE falou que eles poderia ficar na parte da terra que não fosse ser utilizada tendo, inclusive, medi

de a área a ser liberada para ele. Entretanto, quando estive no escritório da ELETRONORTE em Tucuruí, o chefe do setor de desapropriações, Sr. Luís Cláudio, disse que Paiaré não é mais índio, que brigou com os índios de Mãe Maria e por isso voltou para a Montanha. Afirmou ainda que Paiaré inventava mentiras e que agora que ele gastou o dinheiro da indenização ficava reclamando. Não quis ~~o~~ fornecer o mapa da área e, por fim, disse que aquela terra é da Aeronáutica e que Paiaré foi indenizado apenas pelas benfeitorias por ser simplesmente um posseiro.

A área da Montanha é, entretanto, sem dúvidas uma área indígena. A comunidade indígena Gavião recebeu do governo do estado do Pará, pela lei-estadual n- 2035, de 9/11/1921, um sorte de terras que em 1945 foi permutada pelo decreto estadual 252, de 9/3/1945, em efetiva posse desde então pela comunidade. Esta área é a área indígena da Montanha. Além disso, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) manteve por vários anos um posto indígena no ^{área} ~~local~~ e, como conta Paiaré em sua entrevista (em anexo), há vários cemitérios indígenas no local onde a ELETRONORTE está trabalhando.

Quanto a alegação de que a área seria da Aeronáutica, obtive informações junto a um antigo prefeito de Tucuruí que a terra foi doada pelo estado do Pará à Aeronáutica por volta de 1949-1950, isto é, depois de ter sido doada aos Gavião. Em relação a essa questão parece-me que há duas possibilidades, ou esse decreto de 1950 estabelece como área da aeronáutica uma área vizinha à dos Gaviões, ou desconhece o decreto de 1945 e, portanto, é ilegal a segunda doação.

Estive no GETAT de Tucuruí e eles desconhecem a existência de área indígena neste local. Segundo a advogada Conceição, parte daque la área vai ser loteada e outra vai ser inundada pela barragem; diz ela que existem certidões negativas de presença indígena requisitadas pelo GETAT junto a FUNAI.

Conversando com Padre Geraldo da Comissão Pastoral da Terra de Tucuruí, ele me informou que a situação da área em que se localizam as terras dos Gavião da Montanha é extremamente complicada. Uma parte pertence a aeronáutica que pretende arrendar a terra (parece que já está fazendo isso) ou, simplesmente, expulsar todo o pessoal de

local. Não há nenhum título definitivo naquela região, nem mesmo de fazendeiros; o GETAT já vendeu alguns terrenos três vezes e agora até mesmo os fazendeiros estão irritados com a desorganização de GETAT. Já há algum tempo está havendo uma briga séria entre a ELETRONORTE e os desapropriados intermediada pela igreja Católica (CPT), no sentido de obter da ELETRONORTE indenizações mais justas. Por causa disso, o clima no GETAT, ELETRONORTE, cartório e prefeitura é de bastante má vontade, sendo difícil obter informações. A questão da indenização é, portanto, bastante complicada, a área da Montanha vale muito dinheiro e encontra-se ocupada por diferentes invasores, ELETRONORTE, CAPEMI, posseiros.

Os Gavião de Mãe Maria estão decididos a, juntamente com Paiaré, recuperar esta área que lhes pertence por direito. Assim, em junho de 1983, entregaram, segundo recomendação do advogado da Comissão Pró-Índio de São Paulo*, um requerimento onde solicitam à ELETRONORTE uma indenização pela área utilizada ^{na} ~~para~~ a construção da barragem.

Ainda não há qualquer resposta por parte da ELETRONORTE e o escritório de Tucuruí diz apenas que o requerimento foi encaminhado à Brasília. Segundo Paiaré, os Gavião não se mostram dispostos a esperar e pretendem fechar a área da Montanha (isto é, impedir a movimentação de funcionários e máquinas) de maneira a pressionar uma rápida negociação.

A situação continua incerta, não se sabe qual atitude realmente os Gavião vão tomar. Paiaré não sabe se vai poder ou não continuar na área, se vai poder colher a roça que planta agora ou não. Por outro lado, com a parálisis da mão ele quase não pode mais trabalhar,

* Desde 1980, Paiaré tem mantido contato com a CPI/SP, requisitando sua ajuda. Já estiveram na área da Montanha duas antropólogas, Lux Vidal e Lúcia Andrade, da CPI/SP que, através de seu advogado, aconselhou a Paiaré que, juntamente com os Gavião de Mãe Maria, entregassem tal requerimento.

fica difícil plantar, pescar, caçar ou colher castanha, tendo agora que contar com a ajuda de amigos.

A Comissão Pró-Índio está tentando manter um contato com o CIMI NORTE-II para juntamente com eles propor a ação judicial cabível no caso, mas ainda não se sabe qual a melhor medida a ser tomada.

Cabe lembrar^{ainda} que a área indígena da Montanha está em zona de influência do projeto ferro-Carajás, já que estes índios estão sendo diretamente atingidos pela barragem de Tucuruí, obra de infra-estrutura do projeto.

Lúcia Fudade